

COOPERAÇÃO, UMA FERRAMENTA COM DOIS GUMES

O CASO DO PROJECTO EAD-ANGOLA

HERMANO CARMO

Ao reflectir sobre o amável desafio do Professor Carlos Reis para participar nesta mesa redonda sobre **Cooperação e desenvolvimento no âmbito da CPLP**, ocorreu-me que talvez fosse útil começar por partilhar convosco a avaliação de uma tentativa de cooperação com Angola que a Universidade Aberta tem tido nos dois últimos anos e, por via indutiva, extrair dessa experiência ensinamentos que possam ser úteis a uma Política de cooperação para o desenvolvimento no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Fá-lo-ei a título pessoal, o que quer dizer que as teses que defendo e as críticas que faço são da minha exclusiva responsabilidade, não tendo qualquer mandato institucional para falar em nome da Universidade Aberta.

1 Desarmadilhando os conceitos

Uma vez que o projecto que designarei por **EAD-Angola** (Ensino Aberto a Distância-Angola) se enquadra num contexto de cooperação para o desenvolvimento, gostaria de clarificar esses dois conceitos - **desenvolvimento e cooperação**.

Este cuidado justifica-se tanto **por razões de rigor teórico e metodológico** como **por necessidade prática de criar uma ferramenta de comunicação eficaz e eficiente**. Com efeito é fundamental que os diversos agentes envolvidos neste tipo de processos (políticos, gestores,

ensinantes e aprendentes) interajam com segurança, reduzindo ao máximo os filtros comunicacionais de origem ideológica que conduzem à interiorização de **atitudes estereotipadas** sobre os outros parceiros, à aprendizagem de falsos quadros de entendimento da realidade em questão (falsos saberes) e à implementação de **estratégias de intervenção inadequadas**.

1.1 O conceito de desenvolvimento

O campo semântico do termo **desenvolvimento** tem vindo a ser infestado por uma acumulação excessiva (quase cancerígena) de definições (cf. Carmo, 1997). No contexto da presente intervenção seguirei o sentido que lhe confere o PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement) (cf. Haq, 1990, 1991, 1992, 1993) e o Banco Mundial no seu relatório sobre o desenvolvimento mundial em 1992 (Steer, 1992), na esteira de Le Bret, principal dinamizador da escola francesa de Economia e Humanismo (Le Bret, 1961). Em qualquer das fontes referidas, a noção de desenvolvimento apresenta-se ligada a dois critérios:

- o de uma situação que concede o **acesso a recursos e serviços** que permitem, a uma população, desfrutar um melhor nível de vida;
- o de uma situação que permite **tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano** de um dado conjunto social.

Neste quadro, **uma estratégia de educação para o desenvolvimento** deverá integrar um conjunto de programas que dotem a população aprendente, de **maior capacidade de acesso a tais recursos e serviços** e, por outro lado, que a ajudem a **pôr a render o seu potencial humano**.

1.2 O conceito de cooperação

Neste contexto é consensualmente sentida a **necessidade de investir na formação de quadros locais**, nomeadamente na de professores e outros formadores, tendo em vista a **autonomização** a médio prazo de centros nacionais, regionais e locais de excelência e de desenvolvimento de recursos humanos, numa moldura estratégica de **desenvolvimento sustentado**.

Dado o **aumento de pressão social** sobre os sistemas educativos dos novos países, decorrente da conjugação do **acréscimo de necessidades** educativas com a **carência de recursos para lhes dar resposta**, a necessidade de formação de formadores assume contornos de dramática urgência e **exige esforços de cooperação** internacional sem os quais não é provável que a questão da formação de quadros locais tenha solução aceitável.

Esta necessidade de cooperação tem confrontado vigorosamente as sociedades contemporâneas com a tese mais esquecida e adiada da Revolução Francesa, a **tese da Fraternidade**. Com efeito, a Civilização Industrial girou, ao longo destes 200 anos, em torno dos princípios da *Liberdade* e da *Igualdade*, remetendo a *Fraternidade* para o terreno do acto voluntário e a sua fundamentação para o campo da opção moral.

A *Fraternidade* adiada, crismada neste final de milénio com o nome de *Solidariedade*, surge agora, já não como mero condicionamento ético mas como verdadeiro imperativo de sobrevivência (cf. Carmo, 1997 e Emmerij, 1993).

Têm disto consciência vários agentes políticos ao desenvolverem políticas nacionais de solidariedade social. Ao reduzir os riscos de problemas sociais aumentam a qualidade de vida das camadas mais desprotegidas mas também a dos estratos mais abastados pelo acréscimo de segurança que introduzem.

O mesmo raciocínio se pode fazer ao nível internacional: um esforço sério de cooperação com o objectivo de autonomizar os países mais carenciados em matéria de desenvolvimento sustentado tem evidentes vantagens tanto para os países do Norte como para os do Sul. Para os segundos, pelos resultados em termos de desenvolvimento. Para os primeiros, pelo acréscimo de paz internacional que proporciona a abertura de novos mercados e pela redução da pressão migratória no sentido Sul-Norte.

Em suma e falando para os tecnocratas, quanto mais não seja por egoísmo, vale a pena cooperar e ser solidário, uma vez que **todos ganham com isso**. Mas para que tal aconteça é indispensável, a meu ver, respeitar certos princípios básicos:

- o princípio da **reciprocidade** que determina que ambas as partes reconheçam as vantagens mútuas e combatam quaisquer desconfianças fundamentadas na sua condição de antigos colonizadores ou de antigos colonizados;
- o **princípio da adequação** que aconselha que a cooperação seja feita de acordo com as necessidades e recursos existentes e não por imposição de interesses sectoriais;
- o **critério da economia** que defende que, em igualdade de circunstâncias, se devem usar sempre as estratégias mais baratas, aquelas com que os agentes estejam mais familiarizados, e/ou aquelas que disponham de melhores infra-estruturas¹;

¹ Por exemplo: Porque usar a TV para programas em que se pode usar a rádio que é sete vezes mais barata? Porque usar a conferência por computador quando se pode usar o telefone para atingir os mesmos objectivos de interactividade?

- o **critério de interatividade** que chama a atenção para a necessidade de assegurar um limiar mínimo de interactividade entre cooperantes a fim de evitar a criação de filtros comunicacionais e aumentar a teia de cooperação;
- o **critério da alternativa** pelo qual, para cada objectivo de cooperação há que desenhar várias soluções e escolher a melhor de acordo com as circunstâncias; aplica-se claramente aqui, a conhecida tese do recentemente falecido Deng Xiao Ping, *quando não se tem cão caça-se com um gato*.

Em termos doutrinários pode-se afirmar sem exageros que a postura da Universidade Aberta face à cooperação tem sido a que acabei sumariamente por referir, encontrando-se claramente explicitada nos seus **Estatutos** e no **Plano Estratégico de Desenvolvimento**.

2 O projecto EAD-Angola

Foi por isso com grande interesse e entusiasmo que procurámos responder ao desafio dos bispos do Menongue (D. José Queirós Alves) e do Uíge (D. Francisco da Mata Mourisca) em montar um sistema de ensino aberto e a distância nas suas dioceses.

2.1 Do nascimento à visita exploratória

Depois de uma longa viagem por diversos departamentos² tal anseio chegou-nos às mãos a **23 de Maio de 1995**, através de um ofício do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Após estudo da situação contactámos o Instituto da Cooperação Portuguesa ao qual apresentámos uma proposta de trabalho (em reunião de 7 de Julho) com as seguintes peças:

- proposta de um programa com 27 acções integradas em sete áreas-chave³, para a operacionalização da abertura de núcleos de EAD em Luanda, Uíge e Menongue;

² O circuito foi o seguinte: Bispos do Huíge e Menongue ↔ Embaixada de Portugal em Luanda ↔ Instituto da Cooperação Portuguesa ↔ Departamento do Ensino Superior do ME ↔ Universidade Aberta.

³ As sete áreas-chave identificadas foram as seguintes: identificação dos recursos disponíveis, análise de necessidades prioritárias, definição de estratégias alternativas, montagem de sistemas de apoio local, inscrição de alunos, enquadramento lectivo, sistema de avaliação.

- estimativa de custos da operação;
- elementos para a construção de um calendário

Apesar de evidente interesse do ICP na proposta, **razões de agenda política** (nomeadamente a mudança de governo) **atrasaram o processo** que só veio a ser retomado em 1996, altura em que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) teve duas reuniões com dirigentes da UA (Janeiro e Março), nas quais se identificaram sete **linhas de rumo** para o estabelecimento de uma **política de cooperação da Universidade Aberta em Angola**:

1. **O envio de duas missões a Angola** com o objectivo de fazer um **estudo de viabilidade**, tendo em vista a organização de um sistema de educação superior e formação a distância naquele país.
 - A primeira missão teria de proceder a diversos **contactos ao mais alto nível** – membros do Governo, Reitor da Universidade, dirigentes da hierarquia religiosa e Embaixador de Portugal – com o fito de alicerçar uma estratégia de cooperação.
 - A segunda missão faria um levantamento de necessidades e recursos locais⁴, com vista à **operacionalização** da cooperação.
2. **Instalação a muito curto prazo de três Centros de Recursos EAD** (Ensino Aberto a Distância) em Luanda, Uíge e Menongue.
3. **Formação de diversos perfis de pessoal nomeadamente**
 - **de orientadores** para os futuros centros de recursos e para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola;
 - **de tutores**, para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola⁵;
 - **de tecnólogos**, para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola;
4. **Desejável colaboração com as Universidades, Católica de Portugal e Agostinho Neto de Angola**, em projectos conjuntos.

⁴ Para tal levantamento previa-se contactos com as seguintes instituições: Centro de Cultura, Universidade, Televisão, Radiodifusão e Dioceses de Luanda, Uíge e Menongue.

⁵ Punha-se a hipótese de uma equipa de tutoria garantida pela Universidade de Angola.

5. **Desejável colaboração com a RTP Internacional**, no sentido de virem a ser emitidos programas da Universidade Aberta no seu mapa-tipo.
6. Assunção do **Centro de Cultura Portuguesa** de Luanda como **pólo** da Universidade Aberta em Angola.
7. Concepção de algumas **cadeiras especialmente orientadas** para necessidades do sistema de ensino angolano, como
 - Didáctica do Português como 2.^a Língua
 - Pré-História de Angola
 - História de Angola
 - Geografia de Angola

2.2 Os resultados imediatos da visita

A primeira missão composta pelo Reitor, Administrador e Director do Gabinete de Planeamento de Ensino realizou-se entre 31 de Março e 5 de Abril de 1996, tendo sido integrada na comitiva do SENEC por sua iniciativa o que, a meu ver, sublinha a **vontade política do Governo no desenvolvimento do projecto**.

Em resultado da excelente receptividade havida⁶ elaborou-se um documento aprovado tanto pelo Vice-Ministro da Educação como, posteriormente pelo SENEC em que se apontam cinco tarefas para a cooperação:

1. Instalação de um **Centro de Apoio da UA no Centro Cultural Português** em Luanda, em colaboração com o Instituto Camões e com a respectiva Embaixada.
2. Criação de dois outros **Centros de Apoio** nas Dioceses de **Uíge e Menongue e outro nas instalações da UAN sediadas no Lubango**.
3. Apoio do **Instituto Superior de Ciências da Educação** da Universidade Agostinho Neto em matéria de **tutoria**.
4. **Projecto de criação de um sistema de EAD** para Angola por iniciativa do Ministério de Educação de Angola e apoio da Universidade Aberta.

⁶ Foram efectuados contactos com as seguintes entidades: Vice-ministros da Educação e dos Transportes e Telecomunicações, Cardeal D. Alexandre Nascimento, Representantes das Dioceses do Uíge e Menongue (uma vez que os respectivos bispos estavam impossibilitados nas respectivas Dioceses dado ser Semana Santa), Reitor da Universidade Agostinho Neto, Director do Instituto Superior de Ciências de Educação, Adido Cultural. À excepção do Adido Cultural que apresentou algumas dificuldades de natureza logística, todos os nossos interlocutores apoiaram fortemente o projecto, por vezes com um entusiasmo comovente.

5. Lançamento de projectos de co-produção de materiais didácticos directamente relacionados com o contexto angolano.

2.3 Evolução posterior

Como atrás referi, a receptividade das autoridades angolanas ao projecto foi a melhor. Provas disso foram a explicitação das cinco acções negociadas em Luanda, com pequenas correcções, na **Acta Final** da V reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação Portugal e Angola (pag. 5) e a recente visita à Universidade Aberta da actual Vice-Ministra da Educação – Dra. Francisca Espírito Santo – acompanhada de duas altas funcionárias do seu Ministério.

Infelizmente não se pode dizer o mesmo da colaboração das entidades portuguesas. Apesar de ter sido assinado **em 8 de Abril de 1996 um Contrato-Programa com o Instituto Camões** que definia as principais linhas de colaboração entre as duas instituições, **a Universidade Aberta viu-se impossibilitada de avançar com o projecto, em virtude da não disponibilização das necessárias verbas por parte daquela Instituição.**

Com efeito, imediatamente a seguir à assinatura do contrato-programa pelos responsáveis máximos das duas instituições, o Reitor da UA elaborou dois documentos em que propunha o investimento necessário à operacionalização do projecto EAD-Angola. Estranhamente, até hoje não obtivemos qualquer resposta.

3 Lições a tirar

Longe de querer levantar problemas que terão de ser resolvidos noutra sede que não nesta mesa redonda, penso que esta experiência é paradigmática e dela podemos tirar algumas lições importantes que alinharia telegraficamente em jeito de conclusão:

- Em primeiro lugar, **que qualquer acção de cooperação requer vontade política** dos decisores, mas que tal vontade **tem de ser operacionalizada no acompanhamento da execução das decisões** tomadas a alto nível. No caso em observação, é indiscutível o interesse dos decisores políticos sem que, no entanto, tivesse havido mecanismos de controlo pelas autoridades quer angolanas quer portuguesas no sentido de verificar se as decisões acordadas estavam a ser cumpridas.
- Em segundo lugar, para que uma acção de cooperação tenha viabilidade prática **é fundamental que os organismos executivos**, como o nome

indica, **executem**. Ora o que aqui se passou foi que o Instituto Camões não só não executou as directrizes do SENEK como não cumpriu o acordo que havia feito com a Universidade Aberta. Admitindo que haja alguma razão plausível para tão estranho comportamento, a verdade é que até hoje não foi dada qualquer explicação à Universidade Aberta.

- Em terceiro lugar, e talvez o mais grave disto tudo, é que **a inoperância revelada pelas instituições envolvidas, pode criar um efeito de vacina** junto dos agentes que estão no terreno, retirando-lhes o entusiasmo e a determinação em querer promover a educação dos quadros locais para o desenvolvimento.

No ano de 1996/97, apesar dos problemas referidos, a Universidade Aberta contou com 40 alunos inscritos nos países de expressão portuguesa sendo **26 de Angola**.

Fomos informados que, só no Menongue, havia 150 pré-inscrições para os cursos de ensino superior a distância da Universidade Aberta, fruto do trabalho entusiástico do seu Bispo e de uma forte liderança operacional da Dra. Frances Ramirez, a missionária encarregada da dinamização do futuro Centro. Oxalá os estudantes e os agentes locais não se deixem abater pela inoperância até agora revelada.

É neste quadro que, a meu ver, os órgãos da CPLP podem dar um contributo precioso através de uma **magistratura de influência**, de um **acompanhar de processos**, de uma **motivação de pessoas**.

Os rumos foram definidos. Os meios foram organizados. As pessoas ainda estão motivadas, apesar de tudo, para trabalhar na cooperação. Vale a pena tentar.

Hermano D. A. Carmo é Director do Gabinete de Planeamento de Ensino da Universidade Aberta e divide a sua actividade docente entre esta instituição e o ISCSP/UTL. É doutorado, desde 1995, em Ciências da Educação, na especialidade de Organização de Sistemas de Formação, pela Universidade Aberta. Dentre as suas obras publicadas destacam-se *Os dirigentes da administração pública em Portugal. Contribuição para o seu estudo* (1985) e *Ensino superior a distância. Contexto mundial. Modelos ibéricos*(1997).

Referências
Bibliográficas

ANDER-EGG, Ezequiel (1980) – *Metodologia y Practica del Desarrollo de la Comunidad*, 10.ª ed., Tarragona, UNIEUROPE.

CARMO, Hermano (1997) – *Ensino superior a distância. Contexto Mundial. Modelos Ibéricos*, Lisboa, Universidade Aberta, 2 vols.

EMMERIJ, Louis (1993) – *Norte-Sul. A Granada Descavilhada*, Venda Nova, Bertrand.

LEBRET, Louis (1961) – *Dynamique Concrète du Développement*, Paris, Ed. Ouvrières.

LEBRET, Louis (1964) – *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?*, São Paulo, Livraria Moraes [1.ª ed., 1958].

STEER, Andrew (Coord.) (1992) – *Informe Sobre el Desarrollo Mundial 1992 – Desarrollo y Medio Ambiente*, Washington, Banco Mundial/Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1990) – *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1990: Definição e medida do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement)/Economica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1991) – *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1991: Financiamento do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Economica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1992) – *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1992: Aspectos mundiais do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Economica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1993) – *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1993: Participação popular no desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Economica.